

Flanco aberto

JORNAL DE BRASILIA

Ao oferecer uma proposta “conciliatória” para a rolagem da dívida dos estados que, afinal, nada conciliou, o presidente José Sarney abriu um flanco no orçamento, por onde seguramente os governadores entrarão. Já não se tem mais dúvida de que o Presidente perderá também esta batalha e, por fim, perderá a guerra contra o déficit orçamentário.

Esta questão, a nosso ver, não deveria ser objeto de negociação no âmbito do Governo, uma vez que a proposta orçamentária foi entregue ao Congresso. Deve-se supor que, antes de enviá-la, tenha o Executivo esgotado todas as análises e tenha considerado todas as informações disponíveis, inclusive aquelas que dizem respeito à situação financeira dos estados. O que está no Congresso é a proposta do Executivo. Cabe-lhe estudá-la, aperfeiçoá-la ou até rejeitá-la. Mas o Executivo teria cumprido a sua parte.

O Congresso está livre para proceder como quiser no âmbito da sua competência e responsabilidade. Os governadores, responsáveis também pelos destinos do País, devem sentar à mesa com os parlamentares e apontar alternativas que, preservando sua própria capacidade de investimento, resguardem o equilíbrio orçamentário. Se conseguirem fazê-lo, ótimo. É o que todo o País almeja. Se, porém, não apontarem soluções, não houver alternativa senão o déficit, eles saberão compreender que o combate à inflação é prioritário sobre os seus programas de obras.

O Executivo é que não deveria mais

figurar nessa discussão até para manter a credibilidade da sua proposta. Já foi dito, muitas vezes, pelos ministros da área econômica e pelo próprio Presidente da República, que as alternativas estavam esgotadas. Ora, se assim foi, por que fazer agora uma proposta “conciliatória”?

Lamentamos constatar, também, que além desse novo obstáculo à consecução do equilíbrio orçamentário, a proposta de ajuste fiscal recentemente acordada no pacto contém algumas superestimativas de receita, sobretudo aquela que deriva do combate à sonegação e do recebimento da dívida ativa. Ambas são receitas imponderáveis que não podem ser estimadas senão no limite permitido pela séria estatística histórica. Por que, em 1989, o Governo arrecadará por esta via muito mais do que arrecadou no passado? A estimativa superestimada de receita corresponde a um fator de desequilíbrio orçamentário sério. Quando o Governo constatar que as metas não se cumpriram — e num ano eleitoral é altamente provável que não se cumpram — terá de emitir moeda ou títulos, acelerando de novo todo o processo inflacionário que pretendeu combater.

É melhor trabalhar com dados reais. A impossibilidade de rolagem de 90 por cento da dívida dos estados é um dado real. Qualquer coisa fora disso é puro irrealismo, algo como o encanto dos preços indefinidamente tabelados do Plano Cruzado ou como, no extremo oposto, a timidez da política feijão-com-arroz. Para ambos, no fim, só se teve uma exclamação: eh, de fato não deu certo!